

# A imagética jesuítica em zona de contato: textos jesuíticos sobre a flora e a fauna brasílicas no século XVI<sup>1</sup>

*Jesuit imagery in the contact zone:  
Jesuit texts on the indigenous flora and fauna of  
sixteenth century Brazil*

**Leandro Garcia Pinho\***

*Submetido em 23 de fevereiro de 2011 e aprovado em 3 de maio de 2011.*

---

## **Resumo:**

Este artigo pretende discutir alguns textos produzidos por jesuítas presentes entre as primeiras levas que vieram para as terras luso-americanas a partir de 1549. Sob a perspectiva da necessidade de compreender o Novo Mundo ao mesmo tempo em que pensavam a si próprios, estes inicianos produzirão, em meio a uma profícua “zona de contato”, importantes reflexões – que se transformariam em verdadeiros discursos literários fundadores – acerca de nossa flora e fauna.

---

## **Palavras-chave:**

Literatura colonial luso-brasileira. Jesuítas na Luso-América. Textos jesuíticos do século XVI.

---

## **Abstract:**

This article discusses several texts by the Jesuits among the first wave that came to the Luso-American lands beginning in 1549. From the perspective of needing to understand the New World, while at the same time thinking of their own concerns, these Ignatians would produce, in the midst of a fruitful “contact zone,” important reflections - which would become true founding literary discourses - about our Brazilian flora and fauna.

---

<sup>1</sup> Este artigo tem por base algumas proposições enunciadas pela tese de Doutorado defendida pelo autor deste texto no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG (2006).

\* Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Contato: leandrogarciapinho@yahoo.com.br.

Colonial Luso-Brazilian Literature. Jesuits in Luso-America. Jesuit texts of the sixteenth century.

## Introdução

[...] é possível resumir a história da conquista da América a um enfrentamento destruidor entre os bons índios e os malvados europeus, com a convicção e a boa-fé a que outrora se recorria para contrapor os selvagens da América aos conquistadores civilizadores. Esse modo de ver as coisas imobiliza e empobrece a realidade, eliminando todo tipo de elementos que desempenham papéis determinantes: as trocas entre um mundo e outro, os cruzamentos, mas igualmente os indivíduos e grupos que fazem as vezes de intermediários, de passadores, e que transitam entre os grandes blocos que nós nos contentamos em localizar.

*Serge Gruzinski*<sup>2</sup>

Tarefas e atividades cotidianas ao *métier* de missionário em atuação numa colônia européia são os assuntos mais corriqueiros presentes nos escritos jesuíticos, principalmente em suas missivas. Apesar disso, entre as discussões acerca da moralidade dos índios, planos de atuação de catequese dos nativos, edificação de moradias, decisões sobre como se adentrar o território em busca de novas almas, a vida do colono cristão na colônia, as notificações de chegada, partida e morte de missionários, ou seja, entre os mais variados comentários acerca da vida missionária nas terras d'Além Mar, há um tópico que muitas vezes teria sido pouco explorado em suas particularidades pela literatura acerca das ações jesuíticas na América portuguesa: os trechos dos escritos inicianos que versam sobre a natureza das terras brasílicas, principalmente no que tange à flora e à fauna.

Roger Chartier propõe, ao analisar as práticas representativas principalmente do Antigo Regime, dar ênfase a obras que se componham num “espaço de trabalho entre textos e leituras, no intuito de compreender as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação”.<sup>3</sup> Desta forma, pensar a produção intelectual e cultural dos textos jesuíticos impõe a possibilidade de equacionarmos o sentido da representação destas obras que foram escritas imersas num dado contexto, fruto de seu construto histórico.

Neste ponto, os escritos jesuíticos que aqui se destaca enquadram-se no que se convencionou chamar de “gabinete de curiosidades da

<sup>2</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.48.

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1990. p.28.

natureza”.<sup>4</sup> Um complexo tecido textual que interligava imaginação e necessidade contextual de seus autores. Estes textos oscilam entre a literatura e a descrição fidedigna da realidade vivida, ou que se ouvia falar, pelos jesuítas que se dirigiram para as terras lusitanas na América.

O ineditismo do cenário da natureza do Novo Mundo fazia com que muitos letrados se interessassem em escrever, relatando o que viram e ouviram dizer sobre as novas terras “descobertas”. É claro que não há ainda, durante o primeiro século de conquista e colonização da América, a confecção do que viria ser conhecido como uma ciência da natureza, pois o próprio empreendimento da ciência moderna dataria do século XVII. Assim, as descrições sobre o mundo natural envolvem diretamente o campo da filosofia no mundo intelectual quinhentista, da imaginação literária e da necessidade cotidiana dos inicianos.

Os relatos e comentários dos Soldados de Cristo sobre a flora e fauna sul-americanas florescem numa escrita adaptada, germinada numa “zona de contato”. Essa ideia de “zona de contato”, segundo Pratt, seriam espaços sociais onde culturas diferentes se encontram, chocam-se, entrelaçam-se uma com a outra. Fenômeno este dado quase sempre por “relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”.<sup>5</sup>

Mesmo assim delimitando, há muito o que se esclarecer sobre os procedimentos, as bases e os tópicos que envolvem a descrição do mundo natural no século XVI. Além disso, são diferentes tanto os escritos quanto os escritores que se dedicariam ao tópico da descrição do mundo natural americano. Entre os jesuítas, há tanto a presença desta heterogeneidade – variável de acordo com o período, local e autor dos escritos – bem como aproximações entre os discursos – fruto de uma “teia” de comunicação da qual os jesuítas se valeram para obterem maior êxito na empreitada missionária nas terras do Novo Mundo.

### *A adaptabilidade na percepção da natureza pelos jesuítas*

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.

*Roger Chartier*<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Sobre este aspecto ver ALMEIDA, Aires. *Filosofia e ciências da natureza: alguns elementos históricos*. In: Disponível em: <[http://www.criticanarede.com/filos\\_fileciencia.html](http://www.criticanarede.com/filos_fileciencia.html)> Acesso em: 17 set. 2004.

<sup>5</sup> PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999. p.29.

<sup>6</sup> CHARTIER, Roger. *op.cit.* p.16-17.

Fruto, como disse, de esquecimento por parte de estudiosos do pensamento jesuítico, creio que a temática da descrição da natureza é de grande valor para ilustrar a filosofia natural e a literatura colonial elaborada por alguns jesuítas. Mas onde se insere essa forma de descrição?

A observação da natureza – seja ela a natureza humana ou os detalhes das diferentes formas vivas (ou não) com as quais o homem tomava contato cotidianamente – torna-se uma importante característica da nova visão sobre o mundo no alvorecer da Idade Moderna. Recuperando preceitos da Antiguidade clássica, o artista renascentista irá ver o novo mundo ao seu redor tendo como ponto de partida uma observação da natureza, marcada pela curiosidade.

O termo *curiositas*, advindo de fins da Idade Média, serve bem para exprimir o espírito do qual estava imbuída parte dos intelectuais dessa época. No mundo medieval, este termo parece designar várias coisas: interesse que se tinha em determinado assunto, como o próprio objeto de interesse, e tudo mais que parecesse raro e extraordinário. Nos séculos XVI e XVII, *curiositas* passa a designar a “força propulsora revolucionária na busca pelo conhecimento da Natureza”.<sup>7</sup> O que ocorre, de acordo com Lorraine Daston, é que a curiosidade como paixão estava sendo revalorizada moralmente e a atenção visual voltava-se para a aquisição de novos conhecimentos. Desta forma, o exótico e o extraordinário passavam a ter muito valor, despertando interesse frente ao diferente. Para tal empreendimento, métodos empíricos de pesquisa começam a fazer parte constante do processo de observação minuciosa.

Durante boa parte da Idade Média não havia espaço para o questionamento sobre a vontade de Deus, bem como para a reflexão sobre as forças da natureza. Mas isso mudaria, principalmente quando pensamos nas reflexões realizadas no século XIII por Tomás de Aquino (1225-1274). Para este, o estudo da natureza não interferia na vontade divina. Era plausível e mesmo necessário o estudo do mundo sublunar desde que não se especulasse sobre o lunar. A partir de sua releitura de Aristóteles, Tomás de Aquino altera a tradição agostiniana. De acordo com Domingues, Aquino sabia falar sobre o movimento dos astros, sobre os animais, sobre as plantas etc.: “abria-se, assim, a possibilidade de se tentar compreender o mecanismo das coisas terrenas, deixando Deus em paz”.<sup>8</sup>

O tomismo começava a se abrir para esta perspectiva, ainda que esta não tenha sido a posição oficial da Igreja. Aquino diferenciava *curiositas*, vício desenfreado, da virtude *studiositas*, esforço controlado e

<sup>7</sup> DASTON, Lorraine. A cultura da curiosidade. *Scientific American*, New York, 2003, p.8.

<sup>8</sup> DOMINGUES, Beatriz Helena. O aristotelismo medieval e as origens do pensamento científico moderno. *Locus. Revista de História*. Juiz de Fora, vol.2, n.1, 1996. p.37.

humilde em busca da verdade. Muitos de seus seguidores acabaram por considerar as chamadas “ciências ocultas” (como astrologia, a profecia e a magia) aspectos deploráveis da curiosidade<sup>9</sup>. A proposta tomasiana aventava para a ideia de se poder usar as chaves oferecidas por Aristóteles para inverter a relação entre a essência das coisas e a matéria de que as coisas são feitas. Para o filósofo grego, a essência – tanto de um homem, de um animal ou mesmo de uma planta – representa o princípio de seu crescimento e de sua organização. Nesta concepção, a essência é algo que já está ali, pronto a explodir, movendo-se dentro da matéria, e vindo a fazer com que ela cresça e se manifeste. Por isto podemos compreendê-la. Relendo esta proposição, Tomás de Aquino afirmará que o “segredo do ser vai residir no ato concreto de existir”. De forma que “primeiro as coisas existem concretamente; depois nós as compreendemos”. Há, então, segundo Domingues, uma *cristianização de Aristóteles* quando pensamos na proposição de Tomás de Aquino e não uma *aristotelização do cristianismo*<sup>10</sup>.

E é esta a tradição que influenciará os jesuítas ibéricos. Os membros da Companhia de Jesus se tornariam um dos principais grupos neotomistas na Idade Moderna. Uma vez que se abraçavam as premissas aristotélico-tomistas, tornava-se plausível ao jesuíta da Era Moderna falar e, quem sabe, mesmo especular sobre o mundo natural. Além do mais, as proposições humanistas de fins da Idade Média também defendiam a observação e a descrição da natureza. Como os jesuítas combinavam as duas tradições – a humanista e a tomista –, era quase inevitável que viessem a compor obras (e/ou trechos) que dessem conta da descrição da natureza do Novo Mundo.

Retomando os mais diversificados escritos deixados pelos inacianos em contato com a América, pode-se perceber o porquê de autores como Serafim Leite virem a considerar alguns jesuítas até mesmo como boticários, botânicos, zoólogos, médicos. Em verdade, devemos adequar estes rótulos, muitas vezes reproduzidos por outros pesquisadores do nosso mundo colonial e por outros jesuítas em particular. O que acontece é que como Ordem religiosa que primava por uma formação intelectual apurada, a Companhia terá entre seus membros homens com os mais variados tipos de interesse. Formando-se num ambiente letrado, que diversifica a formação do futuro missionário ao dotá-lo de conhecimentos em humanidades, filosofia e, claro, principalmente teologia, o inaciano estará, dependendo de seu interesse, apto a se tornar tanto um bom pregador e/ou administrador dos bens da Companhia, quanto um possível

<sup>9</sup> DASTON, Lorraine. *op.cit.* p.09.

<sup>10</sup> DOMINGUES, Beatriz Helena. *op.cit.* p.37.

formulador de ideias, desde que as mesmas não interferissem nos dogmas religiosos. Como possível leitor do seu entorno, adaptava o referencial que trazia em sua bagagem intelectual – ou se quisermos um termo mais profícuo mesmo que polêmico –, adquirida pela *utensilagem mental* que a Companhia fornecia ao estudante em seus colégios<sup>11</sup>. Assim, esta bagagem intelectual fornecia àquele que se interessasse instrumentos de análise do ambiente e das ações em seu entorno. Mas como já pontuamos, não havia ciência no sentido moderno do termo ainda no século XVI. Isto nos leva a destacar a precipitação de algumas rotulagens, conforme se verifica em termos fornecidos por Serafim Leite ao elaborar catálogo dos jesuítas que para o Brasil vieram no contexto colonial.

Para além desta problemática, que não pode ser ignorada pelo pesquisador da Companhia, a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do também jesuíta padre Serafim Leite, é uma tentativa catalográfica de mapear os escritos e ações dos inicianos na Luso-América de acordo com o foco de interesse e produção letrada deixada pelos mesmos. Desta forma, é que para Leite os jesuítas já são botânicos, já são médicos etc., ou seja, teleologicamente, os jesuítas possuíam *avant la lettre* formação em ciências e conhecimentos que só se organizariam como tal em tempos posteriores na Europa. Desta visão ufanista, abstrai-se que, dentro de áreas que hoje chamaríamos ciências naturais, os jesuítas produziram diversos textos embrionários, tratando do objeto destas ciências, baseados em observações da natureza e especulações filosóficas. É neste ponto que Serafim Leite se confunde. Os inicianos escolhiam recortes do mundo ao seu redor que seriam objetos de estudos das ciências naturais. Usavam para isso o referencial que possuíam, tomista e renascentista. Outrossim, não negligenciaram as possibilidades de incorporar elementos nativos em suas descrições, quando, por exemplo, mostravam interesse no aprendizado da língua local para o desenvolvimento da catequese. Há, assim, uma complexa teia a ser percebida nos textos jesuíticos: entre a “real” impressão do mundo ao seu redor e a tradição literária da qual o jesuíta formou-se, nascem os discursos inicianos sobre nossas terras.

Há que se destacar um ponto, quando pensamos, por exemplo, no ramo do conhecimento médico-curativo expresso e desenvolvido por jesuítas já no século XVI na América. Concorda-se aqui com Serafim

<sup>11</sup> Utilizo aqui a ideia de “utensilagem mental” de forma um tanto quanto mais livre do que a proposta por Febvre em *Rabelais*, de 1942. Chartier destaca um trecho desta obra para nos mostrar como Febvre caracterizou este conceito: “A cada civilização, a sua utensilagem mental; mais ainda, a cada época de uma mesma civilização, a cada progresso (quer das técnicas, quer das ciências) que a caracteriza” produz-se uma “utensilagem renovada, um pouco mais desenvolvida para certas utilizações, um pouco menos para outras”. Cf.: CHARTIER, Roger. *op.cit.* p.36.

Leite quando afirma que os jesuítas, “vivendo em pleno século XVI, e não sendo a medicina sua profissão, tinham por força de manter-se dentro da terapêutica empírica duma profilaxia rudimentar”.<sup>12</sup> Da “cirurgia de urgência”, passando pela flebotomia, pelas epidemias, pela assistência domiciliária e hospitalar e chegando ao tratamento contra as doenças venéreas, longe de uma formação medicinal, os jesuítas mostravam-se atentos às suas próprias necessidades e dos circundantes no que se referia aos preceitos médicos<sup>13</sup>. Contudo deve-se desconfiar de sua afirmação de que os jesuítas teriam evitado a escolha pelo “curandeirismo”. Esses missionários não deixaram de incorporar práticas mágico-religiosas nativas em prol da atração do “gentio” aos preceitos cristãos<sup>14</sup>.

O próprio Serafim Leite aponta alguns dos muitos aspectos que mostram o quanto estes missionários tentaram perceber, tratar e refletir sobre os problemas medicinais que os cercavam no Novo Mundo, nos quais se percebe a mestiçagem, por ele expressamente negada.

Retomando o aspecto da afirmação de que os jesuítas moldavam seus conhecimentos à medida da necessidade na prática missionária, é o próprio Serafim Leite quem mostra que “os padres levaram consigo os remédios indispensáveis para a travessia do Atlântico e para as primeiras necessidades. Mas, em chegando à terra, viram-se na contingência de ampliar a reserva, bem escassa, dos seus remédios”.<sup>15</sup> O estudo da natureza teria se vinculado, num primeiro momento, a uma necessidade de encontrar remédios para os males enfrentados nas novas terras. A equação era simples: moléstias nativas necessitavam de tratamento local. A solução, diria Gruzinski, seria a mestiçagem: reunir tanto elementos basilares, trazidos da Europa, quanto não ignorar novas incorporações de elementos nativos.

Os problemas com os colonos europeus, as questões referentes à catequização do nativo, a montagem das escolas, os confrontos armados na colônia, o itinerário dos padres que para cá se dirigiam, as doenças que assolavam a América, entre outros tópicos, serão os conteúdos privilegiados nas missivas dos primeiros jesuítas endereçadas à Companhia e a benfeitores e parentes na Europa. Em todos eles pode-se perceber este movimento de mestiçagem e imbricamento cultural. Destaca-se aqui,

<sup>12</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal/Civilização Brasileira, 1938-1950. Tomo II, Livro V, Capítulo III, p.569.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 569-580.

<sup>14</sup> Cristina Pompa trabalha importantes aspectos dessa temática em *Religião como tradução*, bem como outras obras aqui também referenciadas, como as de EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, GRUZINSKI, Serge. *op. cit* e DOMINGUES, Beatriz Helena. *op. cit*.

<sup>15</sup> LEITE, Serafim. *op.cit*. 1938-1950. Tomo II, Livro V, Capítulo III, p.580.

primordialmente, os elementos que envolvem a descrição da natureza. Pelos escritos inicianos sobre o mundo natural da América tem-se claramente a oportunidade de perceber o quanto os jesuítas tentavam reler o referencial trazido da Europa à luz da nova realidade circundante.

Os descobrimentos marítimos podem ser pensados como propulsores de argumentos para a fundamentação do humanismo antropocêntrico e para o reconhecimento do “mundo do homem”. Vemos a tentativa de formulação de uma “unidade do gênero humano, unidade e variedade da natureza, o caráter da cultura como produto histórico”, variando no tempo e no espaço. Os relatos dos navegadores e descobridores revelam isto muito bem. A partir desses relatos práticos, caberia aos teólogos e juristas “debruçarem-se sobre tais realidades para dela extraírem tanto uma teoria de evangelização quanto de um direito natural, capaz de conciliar ou não as preocupações terrenas dos conquistadores com a missão espiritual dos missionários”.<sup>16</sup>

Nesse sentido, o conceito de natureza torna-se fundamental para teólogos-juristas que, através do pensamento racional, tentarão perceber a diversidade e o fundamento das relações entre os habitantes das diferentes terras então “encontradas”. Eleva-se, a partir de então, a “natureza” à categoria básica tanto filosófica e jurídica quanto literária. E esta categoria acabou por dever aos descobrimentos seu maior impulso, através da “evidência factual”.<sup>17</sup>

Assim como Eisenberg qualifica como necessário pensarmos as formulações do pensamento político moderno a partir dos escritos deixados por jesuítas em sua prática missionária na América lusitana, deve-se levar em consideração que o conceito de “natureza” de então depende não só da discussão em torno do direito natural dos indígenas (que seria de natureza humana ou não), como também diretamente das observações e do *ouvir dizer* que geraram as descrições das terras americanas tal como aparecem em vários escritos do século XVI, principalmente pelos escritos jesuíticos em contato com a realidade americana<sup>18</sup>. Mesmo não sendo a preocupação deste artigo elaborar um conceito de natureza ligado à discussão da legitimidade do direito natural dos índios americanos – temática esta de número significativo de textos jesuíticos e que possibilitou atestar o nascimento do direito natural moderno na península ibérica por parte de revisores da obra dos

<sup>16</sup> FALCON, F. A cultura renascentista portuguesa. *Revista SEMEAR: Revista da Cátedra Pe. Antônio Vieira de Estudos Portugueses*. Rio de Janeiro, Vol.1, n.1, p.21-59, 1997. p.41-42.

<sup>17</sup> *Idem*, p.42.

<sup>18</sup> Esta é a perspectiva apresentada por José Eisenberg. Cf. EISENBERG, José. *op. cit.*



inacianos –, as trilhas abertas por Eisenberg contribuem para se entender a problemática do “mundo natural” entre os inacianos.

Percebe-se que a ideia de natureza expressa pelos jesuítas que vieram ao Brasil na segunda metade do século XVI está diretamente ligada ao campo de uma filosofia natural, que se pode observar através dos escritos dos jesuítas. E o que liga esta reflexão com a de Eisenberg é que, no que se refere ao “mundo natural”, a escrita jesuítica em contato com as novas terras brasileiras antecipa entre jesuítas reflexões que só estarão em voga no século XVII na Europa, ou seja, nas formulações sobre a “natureza humana” como naquela sobre o “mundo natural” quando americanos tiveram que reler a tradição europeia. Desta necessidade prática – de sobreviver e catequizar – resultaram formulações pioneiras com posteriores repercussões na Europa.

Os jesuítas submeteram os conhecimentos advindos da Antiguidade e da Idade Média “à prova da experiência consubstanciada num gigantesco manancial de toda espécie: sobre a geografia de mares e terras desconhecidas, sobre a flora e a fauna, sobre os homens, enfim”.<sup>19</sup> Esse é um ponto a ser ressaltado. Retomando a perspectiva das bases renascentistas de parte dos preceitos jesuíticos, nota-se uma ligação direta entre o pensamento destes últimos com o humanismo antropocêntrico. Em alguns textos jesuíticos produzidos no primeiro meio século de atuação da Companhia no Brasil, a tópica da descrição da natureza, principalmente da flora e fauna, constituem veículos para se perceber a relação entre tradição do pensamento cristão europeu e construtos literários novos, construídos a partir do ver e do ouvir dizer nas terras luso-americanas.

A literatura jesuítica compunha-se à medida que intensificavam as relações missionário/novas terras, gerando um “retrato textual” da nova geografia percebida na América. E, desta forma, na descrição dos animais, das plantas e do clima deste território, bem como o uso dos mesmos pelos povos nativos, emergem traços de uma filosofia natural que talvez pudéssemos chamar de neoescolástica. Dentro desta perspectiva, ou seja, da filosofia natural, o homem também será parte importante do mundo natural como um todo. Com isso, os inacianos realizavam uma adaptação do referencial tomista banhado no humanismo do mundo moderno.

Ocorria que a própria Ordem jesuítica se formava confrontando-se com experiências inéditas, sobre as quais os missionários foram induzidos a “teorizar”. E o que torna possível a descrição dos elementos naturais pelos inacianos é a formação aristotélico-tomista que, como se ressaltou antes, não desautorizava a possibilidade de se versar sobre o

<sup>19</sup> FALCON, Francisco. *op.cit.* p.41.

mundo sensível. Confeccionava-se uma produção centrada no sucesso e/ou dificuldades do trabalho missionário e na relação com a terra. Pelo que ficavam sabendo pelos relatos dos missionários, decidiam os Superiores da Ordem por diferentes aspectos. Determinava-se a partir das cartas e anúncios os direcionamentos do projeto missionário. Ou seja, o êxito desse projeto dependia desses relatos que, por sua vez, oscilavam entre os bons frutos colhidos e as malfadadas ações.

Importante assinalar que os missionários não poderiam prescindir do relato da natureza sob a qual se apoiava todo o processo cristão civilizacional. De acordo com Riolando Azzi, analisando a *cristandade colonial*, o mundo “dado” seria o “mundo da natureza”.<sup>20</sup> Dentro da tradição judaico-cristã, Deus passa a ser considerado como a “fonte primeira e a razão de ser, tanto do universo como do próprio homem”, que vive numa natureza já dada. O homem passa a ser “integrado num mundo da natureza e ao mesmo tempo destinado a exercer o domínio sobre ela”.<sup>21</sup>

Escrever sobre o mundo natural tornava-se uma forma de domínio do homem sobre esta natureza. E, ao vivenciarem “novos ambientes” terrestres, podia-se apresentar um relato mais preciso do meio, seguindo em campos menos imaginários e mais verossímeis. O que os possibilitava um controle sobre a natureza e, especificamente neste contexto, uma das nuances participativas no processo de ocidentalização. É nesse sentido pragmático, voltado para as possibilidades de superação das dificuldades e/ou melhor aproveitamento dos caracteres da terra, que se orientarão as iniciativas dos jesuítas na segunda metade do século XVI, nos primeiros cinquenta anos de atuação dos inicianos na América portuguesa.

Analisando pormenorizadamente, podemos perceber que praticamente de tudo se falava nos escritos jesuítas. A distância e a obrigatoriedade serão o motor da produção escrita dos mesmos. Especificamente sobre os escritos que versam sobre a natureza das *novas terras*, pode-se notar discursos que se configuram importantes compilações sobre o mundo natural, tentativa de mensuração e comparação ao referencial europeu e possibilidades de ampliação do conhecimento sobre si e sobre o outro endereçadas ao europeu letrado do século XVI. Essa necessidade de se criar uma imagem através das letras levava os jesuítas a constantes comparações entre os itens percebidos aqui e os já existentes na Europa. Montava-se um verdadeiro “discurso fundador”,<sup>22</sup> que incluía constantemente a comparação entre o Velho e o Novo Mundo. E nesta

<sup>20</sup> AZZI, Riolando. *Cristandade colonial: mito e ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1987. p.25.

<sup>21</sup> *Idem*, p.29.

<sup>22</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

“fricção” entre estes dois polos geográficos, autorizada pelo referencial aristotélico-tomista, nascerão os escritos jesuítcos sobre a natureza no século XVI.

Muitas eram as novas espécies e os elementos que compunham o Novo Mundo aos olhos do europeu moderno. A empreitada jesuítica era, então, um grande desafio, como também o seria para quem quisesse descrever nossos elementos naturais. Uma das formas mais usadas para vencê-lo era tentar tornar familiar, aos olhos do Velho Mundo, tanta diferença e diversidade descoberta, “apresentando o desconhecido em comparação com aquilo que os sentidos já haviam permitido apropriar e incorporar à memória”.<sup>23</sup>

Hansen enunciou alguns tópicos básicos da produção letrada jesuítica, mas não tratou dos aspectos que envolvem a descrição da natureza das *novas terras* em conquista<sup>24</sup>. Sob os auspícios de uma *filosofia da natureza*, observando o entorno do ambiente em que viviam suas experiências missionárias, os jesuítas ajudavam a compor um grupo de relatos que daria balizas ao conhecimento do mundo natural e a uma literatura que fundaria a visão do europeu sobre as terras brasílicas.

Os jesuítas que para cá vieram no século XVI pertencem a um grupo fundador ou precursor dos inacianos entre nós. Nesse período os jesuítas pioneiros iriam se propagar por diferentes partes do território lusitano na América. Para percebê-los em suas histórias de vida e suas produções textuais, recorre-se à catalogação de Serafim Leite, em obra clássica já referenciada neste artigo<sup>25</sup>. Nesse espaço de tempo os jesuítas puderam perceber a grande variedade e amplitude dos afazeres por estas terras, podendo, não ter estado já em todo o território, mas ao menos ter tocado pontos-chave de toda a colônia até então conhecida. O marco de 1549 é óbvio, pois revela a chegada do primeiro grupo que incluía o padre Manuel da Nóbrega, o padre Azpicueta Navarro, o padre Leonardo Nunes, o padre Antonio Pires e os irmãos (posteriormente transformados em padres) Diogo Jacome e Vicente Rodrigues.

Já o outro marco perpassa diferentes apontamentos. O mais relevante é a ideia de um marco de cinco décadas para que a “emissão” de jesuítas às terras portuguesas da América se torne constante e parte do

<sup>23</sup> RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Bestiário brasílico*: a nossa fauna no imaginário colonial. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/papers/GT/GT16/gt16\\_ricardo\\_ferreira.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/papers/GT/GT16/gt16_ricardo_ferreira.pdf)> Acesso em 07 jan. 2006. p.1.

<sup>24</sup> HANSEN, João Adolfo. História da Companhia de Jesus no Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. 2. Um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 2001. p.25-42.

<sup>25</sup> Refere-se principalmente aos tomos VIII e IX da obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Cf. LEITE, Serafim. *op.cit.*

processo civilizador almejado pelo Estado português em meio à expansão marítimo-comercial. Neste período, teremos os primeiros e marcantes textos fundadores dos inacianos em meio a América portuguesa. Como pioneiras, as visões jesuíticas dos quinhentos mostrarão o vislumbre e o estarrecimento de europeus letrados diante dos mais diferentes aspectos da vida na colônia, inclusive da natureza de nossas terras. Dos escritos que derivam deste choque em “zona de contato”,<sup>26</sup> constituindo-se verdadeiro “discurso fundador” da Companhia sobre a colônia<sup>27</sup>.

### *Entre o ver e o ouvir dizer: os relatos sobre a natureza brasileira na primeira geração jesuítica*

O bom escritor não diz mais do que pensa. E isso é muito importante. É sabido que o dizer não é apenas a expressão do pensamento, mas também a sua realização... Por isso o seu escrito não reverte em favor dele mesmo, mas daquilo que quer dizer.

*Walter Benjamin*

As cartas, escritas de forma muitas vezes obrigatória, serão o veículo primordial pelo qual “visualiza-se” os primeiros anos de atuação dos jesuítas na América lusitana. Delas virão impressões de perplexidade e espanto, que, traduzir-se-iam ora em empolgação com o projeto missionário, ora com desalento frente às múltiplas intempéries da terra longínqua. Descrever suas ações – notificando aos seus superiores suas necessidades cotidianas (que podiam ser de bens materiais ou de pedidos espirituais) – logo mostrou ao jesuíta o quão diversificada era sua tarefa de catequizar no Além-Mar. O conteúdo de futuros escritos que viriam a ser produzidos por inacianos em contato com a *nova realidade* tentaria, desta forma, dar conta da pluralidade de afazeres e responsabilidades.

Como se ressaltou anteriormente, sob a perspectiva de Eisenberg, a produção jesuítica em meio à ação missionária não serviria, ao ser transposta para o papel em forma de cartas obrigatórias para os superiores da Companhia, apenas ao intuito organizacional da ordem jesuítica. Muito mais do que isso, a ação jesuítica nos confins da colônia portuguesa inauguraria, já no século XVI, tópicos de discussão que fariam parte

<sup>26</sup> Deve-se lembrar do conceito elaborado por Pratt, já descrito anteriormente. Cf.: PRATT, Mary Louise. *op. cit.*

<sup>27</sup> Pode-se dizer isto porque outros textos, em outros tempos e por diferentes motivos, voltarão a se referenciar a estes escritos por tempos após sua confecção, bem como a Europa em muitos aspectos constituirá seu imaginário das terras brasileiras pela tinta deixada pelos jesuítas desse período.

das premissas do pensamento político moderno que somente a partir do século XVII estariam em voga na Europa. A reflexão sobre a mesma, realizada, por exemplo, por Nóbrega, sobre a forma mais adequada de proceder com a catequização, levaria os jesuítas a imporem respostas tanto inovadoras como imprescindíveis ao nascimento do pensamento político moderno. Neste período dos quinhentos, a Europa ocidental, os territórios coloniais e os seus domínios europeus viviam imersos no processo de Ocidentalização. Discussão esta largamente ressaltada aqui em outros momentos e elaborada por Gruzinski.

Sob a forma de uma filosofia natural de cunho religioso, construíram os jesuítas uma “via mestiça”, civilizando e catequizando ao mesmo tempo em que misturavam em seus registros elementos de uma cultura nativa. Ou seja, suas lentes eram compostas tanto de elementos do referencial europeu – principalmente, como apontei acima, de uma releitura jesuítica do aristotelismo-tomista – quanto de explicações dadas pelos próprios nativos dos elementos que os cercavam. Isso era imprescindível para o processo de expansão e conhecimento dos novos domínios, bem como para facilitar a expansão missionária. Conhecer a natureza era peça fundamental para a bem-feitoria das atividades civilizadoras e expansionistas. Perceber este tópico de discussão existente entre os escritos jesuíticos é ver a atuação dos inacianos na Luso-América muito além da conversão de almas.

O que parte dos inacianos fez, de início, foi buscar uma “conversão” da imagem do novo aos preceitos europeus. Utilizavam-se do referencial europeu trazido pela bagagem intelectual para enunciar os primeiros esboços sobre aspectos da natureza das novas terras. É assim que podemos perceber, por exemplo, alguns dos primeiros escritos que são produzidos na América lusitana por missionários jesuítas.

Possivelmente, a frase inaugural entre os jesuítas sobre as terras da América do Sul viria com a informação genérica dada por Manuel da Nóbrega (1517-1570) em carta ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, datada de 1549<sup>28</sup>: “A terra cá achamo-la boa e sã. Todos estamos de saúde, Deus seja louvado, mais sãos do que partimos”.<sup>29</sup> A amenidade

<sup>28</sup> Também intitulada “Carta que o Padre Manuel da Nóbrega, propósito provincial da Companhia de Jesus, em o Brasil, escreveu ao Padre Mestre Simão o anno de 1549”, esta carta não traz mês nem dia, mas foi escrita depois de 31 de março e antes de 15 de abril, na Bahia. O “Padre Mestre Simão” é Simão Rodrigues, na época Provincial de Portugal. De acordo com Serafim Leite, o “título da carta foi-lhe dado ao copiar-se em 1568, depois de o Brasil ser *Província* e Nóbrega *Provincial*. Em 1549, o Brasil era ainda *Missão* e o Padre Nóbrega *Superior* dela”. Cf. LEITE, Serafim. *op. cit.* p.4.

<sup>29</sup> NÓBREGA, Manuel. *Cartas jesuíticas. I. Cartas do Brasil* (1549-1560). Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, s.d.

da terra, neste sentido generalista, será tópico constante dos escritos jesuíticos. Isto, como propaganda colonizadora e de incentivo à vinda de novos missionários, era imprescindível, já que com elementos positivos poder-se-iam amenizar as dificuldades dos que para cá se aventuravam ou eram obrigados a se dirigir. Nesta passagem – de discurso pioneiro, já que é considerada pertencente à primeira carta de jesuítas tanto do Brasil quanto da América que fora enviada para a Europa<sup>30</sup> – apoiar-se-ão muitos outros escritos jesuíticos, rementendo-se genericamente à salubridade da terra brasílica.

Já em 5 de junho de 1552, apenas três anos após a chegada dos primeiros inacianos à América portuguesa, Antonio Pires (1519-1572) nos mostra outra forma de se apresentar a tópica da natureza, encoberta pela problemática da moralidade (assunto que em muito preocupava os jesuítas). Assim,

Esta capitania é terra de muito tráfego e onzenas e outros peccados, que é força de virtude se hão de tirar e não com meu exemplo. Já agora dizem que se vão tirando e eu tenho ouvido dizer a homens que têm os olhos alguns tanto abertos, que depois que a ella viemos, das dez partes dos peccados que nella havia, as oitos são fora. E assi havia quatro ou cinco annos não chovia nella, e este anno choveu tanto e recolheram tanto mantimento que é pasmo, e já os da terra se vão persuadindo que por causa dos peccados não chovia: louvam muito a Deus. Por aqui vereis, Irmãos, quanta necessidade esta terra tem de nossas continuas orações.<sup>31</sup>

Os elementos naturais – a descrição da terra e das chuvas e a falta destas – não aparecem descritos por si mesmos, estão presentes no texto como exemplos figurativos da discussão acerca da moralidade. Na terra brasílica, pela leitura desses escritos, eram freqüentes tanto o tráfego humano quanto as ações pecaminosas. O jesuíta nos dá a idéia de uma terra em que há uma circularidade humana pouco moralizada, necessitada de orações. Neste sentido, a própria falta de chuva se justifica pelo número excessivo de pecados cometidos pelos habitantes da terra. Persuadidos a perceber que era este o motivo da falta do elemento natural tão indispensável à vida terminantemente dependente da agricultura, “os da terra” acabam por “louvar muito a Deus”.

Noutra carta, escrita três anos após esta acima descrita, outro inaciano também de alcunha Pires (mas Padre Ambrosio Pires, 1525-1568), atenta ao leitor para elementos do mundo natural das novas terras. Desta vez para justificar dificuldades. Escrevendo da Bahia, de

<sup>30</sup> LEITE, Serafim. Op.cit. 1938-1950. Tomo IX. p.4.

<sup>31</sup> PIRES, Antonio. “Carta do Padre Antonio Pires de Pernambuco de 5 de junho de 1552. *Cartas Jesuíticas II: Cartas Avulsas (1550-1568)*. Belo Horizonte: Itatiaia, s.d. p.123.

Salvador, a 15 de junho de 1555, Padre Ambrosio assim nos mostra uma visão geral das terras da capitania: “Esta terra é muito estéril do lado do mar: porque os Christãos (que são poucos) não se animam a penetrar no interior, [...] e a terra, uma vez lavrada, depois de dois annos ou tres de colheita, deixam-na por estéril e inhabil para dar mais nada”.<sup>32</sup> Incapaz de perceber o elemento “terra” por si mesmo, Padre Ambrosio não percebe a possibilidade da infertilidade advir da inoperância do colono em saber utilizá-la. É a terra que é “estéril”. Os colonos cristãos “deixam-na por estéril e inhabil” e não por tê-la transformada em terra estéril por uso indevido e retirada da cobertura nativa, mas por sua suposição de ser a terra “estéril”. Neste ponto, esta é uma das primeiras visões inicianas que denigrem claramente a terra brasílica.

Complementando esta visão bem mais negativa que a apresentada por Manuel da Nóbrega e Antonio Pires nos trechos acima citados, Padre Ambrosio prenuncia um tópico de discussão que muito interessará a outros jesuítas e também não jesuítas: o da ação de “animais nocivos” que operam nesta, por seus olhos, “terra estéril”:

Ha aqui infinito numero de formigas, que tem na bocca umas como tenazes, com as quaes talam todo o plantio e, o que é peor, fa-lo murchar; e assim os lavradores se arremedeiam dando-lhes comida para não estraguem a tudo com o veneno das boccas e nem façam seccar as plantas de cuja raiz fazem o pão: principalmente porque dão cabo em uma noite do que custa muitos dias a muitos homens, cousas que só se acredita vendo; não se faz uma horta que não fique logo perdida.<sup>33</sup>

Mas nem tudo parece perdido, pois “as vides dão bem e duas vezes por anno e com abundancia”, até que o jesuíta esclareça que “faz-se preciso que o dono durma ao pé della, porque, doutro modo, hoje está cheia e amanhã só servirá para pôr fogo”. Isto se dá porque “não poucas vezes vem a lagarta que chamam gafanhoto, que estraga tudo quanto existe”. Fechando esta ideia, Padre Ambrósio Pires nos mostra a relação clara entre a descrição da natureza como ligada ao elemento explicativo de base religiosa: “de maneira que se ha aqui peccados, tambem não faltam castigos”.<sup>34</sup>

Antonio Pires chega ao Brasil junto a Nóbrega, este visto como o “Fundador da Província do Brasil”,<sup>35</sup> em 1549 na esquadra do primeiro Governador-Geral do Brasil, Thomé de Sousa, que traz consigo, além

<sup>32</sup> PIRES, Ambrosio. “Extracto de uma carta do Padre Ambrosio Pires da Bahia do Salvador de 15 de junho de 1555. *Cartas Jesuíticas II: Cartas Avulsas (1550-1568)*. Belo Horizonte: Itatiaia, s.d. p.141.

<sup>33</sup> *Idem*, p.142.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p.142.

<sup>35</sup> LEITE, Serafim. Op.cit. 1938-1950. Tomo IX, p.4.

desse, mais dois padres e os dois “irmãos” da Companhia, que mais tarde se tornariam padres. Já Ambrosio Pires está entre os sete jesuítas que para cá vieram na terceira “leva” de inacianos, agora trazidos pelo segundo Governador-Geral, Dom Duarte da Costa, em 1553. Desta forma, os três jesuítas até aqui referenciados estão no grupo nuclear entre aqueles que para a colônia brasílica vieram. Produzirão informações que se tornarão referenciais aos demais padres e missionários da Companhia<sup>36</sup>.

Se a produção escrita dos precursores Antonio e Ambrosio Pires se tornaria pouco conhecida pela literatura acerca do Brasil Colonial, não é o que podemos dizer dos escritos de Nóbrega, e muito menos de Anchieta – este último considerado um dos mais importantes expoentes missionários de toda a colonização lusitana na América, sendo-lhe atribuído, inclusive, o título de “Apóstolo do Brasil”.<sup>37</sup>

A natureza exótica escondia dificuldades – pragas e terras inférteis – ao mesmo tempo em que era aberta às possibilidades de novas almas ao Reino dos Céus e clima ameno e saudável. Decodificar a realidade em prol de um “olhar viciado” pela tradição europeia não era tão simples. Assim, os escritos de jesuítas, iniciados com as impressões gerais descritas por Nóbrega, Antonio Pires e Ambrosio Pires e, posteriormente por Anchieta, tentarão compor uma iniciativa inovadora, adaptada, para se entender a *terra dos brasis* nos quinhentos.

### *Entre a obrigação e a necessidade de relatar: Anchieta e suas impressões das terras americanas*

[...] a exploração ultramarina e a colonização se transformaram num chamamento cristão.

*Frederick Turner*<sup>38</sup>

Como mencionado, no que diz respeito à descrição dos elementos da terra da Luso-América, os trechos dos padres Manuel Nóbrega, Antonio Pires e Ambrosio Pires podem ser considerados embriões da visão jesuítica sobre estas terras americanas: informações esporádicas,

<sup>36</sup> Nos aspectos que dizem respeito à descrição da natureza, por exemplo, a leitura dos escritos do padre João Daniel, já no século XVIII, mostram referências aos primeiros escritos da natureza deixados pelos primeiros jesuítas que para cá vieram no século XVI. Refiro-me aqui a *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*, de João Daniel, jesuíta que esteve na Amazônia no século XVIII. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Vol.1 e 2.

<sup>37</sup> LEITE, Serafim. *op. cit.* 1938-1950. Tomo VIII, p.16.

<sup>38</sup> TURNER, Frederick. *O espírito Ocidental contra a natureza: mito, história e terras selvagens*. Tradução José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.171.



sem grandes aprofundamentos, nem muita preocupação com o elemento natural em si. Tal destaque é para mostrar que, mesmo não sendo a preocupação máxima destes escritos, a descrição da natureza já está tangenciando o universo intelectual jesuítico. Possivelmente outras informações semelhantes a estas estariam em outras cartas pioneiras de outros jesuítas que aqui estiveram na primeira década de atuação dos inacianos na colônia. Estas informações estão contidas nestas cartas escritas por jesuítas que desembarcaram entre as três primeiras embarcações que chegaram ao Brasil trazendo inacianos<sup>39</sup>. Já os escritos de José de Anchieta nos mostram apontamentos mais profundos, evidenciando-nos uma preocupação apurada ao produzir uma visão detalhista dos tantos elementos naturais aqui existentes, tentando oferecer uma maior riqueza de atributos aos mesmos.

Neste sentido, a trajetória de Anchieta na Companhia nos ajuda a perceber um pouco do seu envolvimento com nossas terras. Anchieta nascera em São Cristóvão da Laguna, capital da ilha Tenerife, em Espanha, a 19 de março de 1534. Seu contato com as primeiras letras viria ainda na casa de seus pais em Laguna. Em 1550 partia o futuro jesuíta para Coimbra no intuito de cursar a Universidade. Pesquisadores ainda não conseguiram esclarecer o sentido da escolha de Portugal em detrimento da Espanha para a realização dos estudos avançados de Anchieta<sup>40</sup>.

No Colégio de Coimbra, Anchieta teria contato, em 1551, com os preceitos da Companhia de Jesus e a preparação, por parte desta ordem religiosa, de missionários para a Ásia, África e América (dois anos antes Nóbrega havia partido para o Brasil com a primeira leva de jesuítas). Adoentado, devido a acidente provocado por uma escada que caíra em suas costas, Anchieta e outro irmão da Companhia seguem conselhos médicos (conforme dizem os relatos da salubridade da terra brasileira) e atendem aos pedidos dos missionários que na América já estavam para embarcarem, vindo numa terceira leva de jesuítas para o Brasil. Junto a mais 6 missionários Anchieta parte na frota de D. Duarte da Costa, segundo Governador-Geral, desembarcando na Bahia, sede do Governo Geral do Brasil. Após inúmeras andanças pela colônia lusitana, Anchieta viria a falecer em 9 de junho de 1597<sup>41</sup>. Deixando marcas indeléveis na formação intelectual e ação missionária no Brasil, o jesuíta terá seus

<sup>39</sup> Nóbrega e Antonio Pires vieram em 1549, já Ambrosio Pires desembarcaria em 1553. Cf.: PEIXOTO, Afrânio. *Cartas Jesuíticas II: Cartas Avulsas (1550-1568)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1988. p.39-47.

<sup>40</sup> MACHADO, Antonio de Alcântara. Posfácio. Vida do padre Joseph de Anchieta. In: ANCHIETA, José de. *op.cit.* p.547.

<sup>41</sup> *Idem*, p.559.

escritos lidos e relidos, até mesmo copiados, tendo sua produção letrada revista por inúmeras vezes desde que começa a circular da colônia para a metrópole e dentro mesmo das terras americanas, ainda no século XVI. Já no século XVII, Anchieta merecerá uma de suas primeiras biografias escritas por outro jesuíta, padre Simão de Vasconcelos<sup>42</sup>.

As cartas de Anchieta correram pelas mãos dos missionários de seu tempo e de outros posteriores. Além dos muitos aspectos sobre os quais versam os escritos anchietanos, Serafim Leite que considera algumas cartas do jesuíta em destaque “constituem os primeiros tratados sobre a *História Natural do Brasil*”, advindo daí as primeiras noções “sérias sobre a fauna, flora, botânica e ictiologia brasileira”, além dos elementos etnológicos e folclóricos<sup>43</sup>. Para além desses referenciais, prefiro ressaltar que as formulações sobre a flora e fauna brasílicas dos jesuítas no século XVI são expressão de uma filosofia natural, mais do que de uma história natural, como quis Serafim Leite. Concordando com esses referenciais vou além, e afirmo que os textos desses primeiros jesuítas no século XVI serviram de mola propulsora a especulações que, a partir do século XVII, poderiam ter fomentado a constituição de uma história natural de cunho científico<sup>44</sup>.

Se uma carta de Nóbrega intitulada *Informação das Terras do Brasil* e datada de 1550 ficou conhecida por ser o primeiro escrito de “informação do Brasil” (que “viu a luz da imprensa, com expansão europeia, rápida e notável”<sup>45</sup>), seria de São Vicente, escrevendo ao Padre Geral da Companhia, que Anchieta, em 1560, confeccionaria o pioneiro texto entre os jesuítas no Brasil tentando dar conta de descrever “as coisas naturais da Capitania de São Vicente”, e, desta feita, também revelando elementos da flora e fauna brasílicas<sup>46</sup>.

Neste texto de Anchieta, encontramos muito mais do que visões esparsas e fragmentos escritos em meio a outros assuntos considerados mais relevantes. Esta missiva seria escrita no tempo em que se fazia

<sup>42</sup> VASCONCELOS, Simão. *Vida do venerável padre José de Anchieta*. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1953.

<sup>43</sup> LEITE, Serafim. *Op.cit.* 1938-1950. Tomo II, Livro V, I, p.532.

<sup>44</sup> Para Paolo Rossi “um número considerável de idéias subjacentes à ciência moderna estava vinculado a concepções mágicas expressas em textos antigos de hermética, magia operativa e outros saberes afins”. (Cf. ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Tradução Antonio Angonse. Bauru: Edusc, 2001. Acrescentaria aí que não se pode discutir a formação de uma história natural como ciência sem se que se reflita sobre os escritos deixados pelos jesuítas que envoltos, numa filosofia natural trouxeram informações e compilações importantes à tona e que circularam por uma Europa letrada na Idade Moderna. Sobre o nascimento da história natural ver, por exemplo, ROSSI, Paolo. *Op.cit.* e ALMEIDA, Aires. *op.cit.*

<sup>45</sup> LEITE, Serafim. *op.cit.* 1938-1950. Tomo VIII, p.6.

<sup>46</sup> ANCHIETA, José de. *op.cit.*

pouco mais de uma década que haviam chegado os primeiros jesuítas ao Brasil. Isto dava a Anchieta já uma possibilidade de “visão panorâmica” ao mesmo tempo em que dava oportunidade de se conceber detalhes mais pitorescos que até então – acreditar no que nos restou de escritos jesuíticos do período – não teriam preocupado outros missionários. É desta forma que esta carta de Anchieta, de 1560, pode ser considerada a primeira descrição que dedica maior volume e extensão à descrição dos elementos naturais das terras coloniais.

O tópico básico desse texto em destaque de Anchieta liga-se à “descrição do exótico”, compondo brilhante exemplo da confecção de um “gabinete de curiosidades” por parte dos europeus letrados que descreviam as excentricidades das “novas terras”. Por que interessava a estes jesuítas em destaque escrever sobre os elementos nativos? Por um lado, havia a necessidade de se expressar por escrito como elemento obrigatório por parte da Companhia e como fuga ou ajuda para suportar as intempéries. Por outro, havia toda uma atração pela descrição das *novas terras* e *novos povos* para aqueles que estavam na Europa ávidos por informações dos *novos contextos*:

Pelas tuas cartas, que ha pouco nos chegaram às mãos, vimos, Reverendo Padre em Cristo, que desejas (para que se atenda ao voto e desejo de muitos) que escrevemos acerca do que suceder comnosco que seja digno de admiração ou desconhecido nessa parte do mundo. Conformando-me com tão salutar mandato, cumprirei diligentemente, quanto me for possível, a prescrita obrigação.<sup>47</sup>

Isto também fizera Nóbrega em sua carta de 1550 quando anuncia que os “padres e irmãos de Portugal” lhe haviam pedido, por aguçada “curiosidade pelas primeiras cartas do ano de 49”.<sup>48</sup> Motivos, então, não faltariam para que os missionários gastassem tintas de suas penas para dar conta de anunciar os caracteres das “novas terras”. Próximos de uma filosofia natural, mais do que levantamentos sistemáticos da natureza que os cercava no *novo mundo*, estes são escritos que possuem relevância hoje por terem trazido à tona temas que começavam a preocupar uma Europa que se voltava para os estudos da natureza, iniciados no período do Renascimento.

Um outro ponto a ser lembrado é o caráter cristológico de boa parte das justificativas e explicações aos fenômenos narrados pelos padres da Companhia. Como ponto comum, devido à formação religiosa desses

<sup>47</sup> *Idem*, p.113.

<sup>48</sup> LEITE, Serafim. *op.cit.* 1938-1950. Tomo VIII, p.6.

missionários, a presença de Deus não será facultativa nas descrições do meio. E isso não apenas no caso jesuítico, também em qualquer escrito europeu contemporâneo ao século XVI. Assim, descrevendo a possibilidade que havia na Capitania de São Vicente de constantes chuvas, Anchieta, por exemplo, relata o fenômeno das tempestades:

Não há muitos dias, estando nós em Piratininga, começou, depois do pôr do sol, o ar a turvar-se de repente, a enublar-se o céu, a amiudarem-se os relâmpagos e trovões, levantando-se então o vento sul a envolver pouco a terra, até que, chegando ao Nordeste, de onde quase sempre costuma vir a tempestade, caiu com tanta violência que parecia ameaçar-nos o Senhor com a destruição.<sup>49</sup>

Dando continuidade à descrição, descrevendo os estragos da tempestade, Anchieta constrói tanto uma imagem de um evento específico quanto generaliza o mesmo. Ao mesmo tempo em que parece relatar um evento específico, dá-nos a impressão de ser este um fenômeno comum nos trópicos. Percebe-se, inclusive, conhecimento sobre a posição dos ventos e das chuvas, mas essas ações se explicam como possíveis ameaças do Senhor. A natureza respeita e se molda pelos desígnios de Deus. Há uma segurança em se afirmar isso, tanto mediante uma atitude de presença, de frequentação prolongada no território em discussão, quanto pela lembrança de que mesmo em terras tão distantes da Europa fazia-se presente a atuação de Deus. A filosofia natural tentava dar conta da definição, descrição e compreensão dos fenômenos naturais no primeiro século de colonização e catequese – de *ocidentalização*<sup>50</sup> – das terras americanas.

Nesta carta de 1560, Anchieta inaugura um importante veio explicativo acerca da natureza entre os tópicos do discurso jesuítico. Já nesta missiva aparece o que chamo de tendência compiladora de informações: o que não representa a tentativa do jesuíta supracitado de compor um tratado analítico, nem a preocupação em organizar de forma categorizada os eventos que descreve. Esta é apenas uma carta, mas que certamente tenta dar conta de informações de forma bem mais elaborada do que as que até então haviam sido escritas e que versavam em algum trecho sobre as “coisas naturais”.

A escolha desta carta de Anchieta não é aleatória. Através da monumental compilação de Serafim Leite sobre a *História da Companhia*

<sup>49</sup> *Idem*, p.114-115.

<sup>50</sup> Novamente aqui faz-se aqui alusão ao termo cunhado por Gruzinski que entende diferentes aspectos da expansão europeia sobre os *novos* mundos sob o prisma do processo de *ocidentalização*. Cf. GRUZINSKI, Serge. *op.cit.*

*de Jesus* pode-se ter um ponto de partida para a delimitação dos textos a serem analisados. Recorrendo a dois tomos catalográficos sobre a vida e a obra dos inacianos que para cá vieram, consegue-se trabalhar com os resumos e descrições que Leite confeccionou sobre cada texto de cada jesuíta referenciado. Desta forma, fica claro que a missiva de Anchieta a dedicar maior preocupação com o relato das *coisas da terra*, sob uma tendência compiladora, é esta em destaque, produzida em 1560.

Junto a esta tendência compiladora aglutina-se outro fator: tentar relacionar a realidade americana a caracteres já existentes no referencial imagético europeu. Esta seria uma “praia segura”, onde se poderia atracar a mente em areias menos movediças do que as de exóticas margens. Falar do desconhecido, referenciando-se ao já conhecido, garantia maior inteligibilidade do discurso para o leitor do mesmo. Nesta estrutura textual, todo ser vivo em que se consiga aludir a outro já conhecido pelo europeu será descrito tendo o referencial europeu como base de aproximação. O jesuíta espera, assim, ser compreendido da maneira mais clara e precisa possível, uma vez que “realmente” descreve o ambiente e seus habitantes que vê, ouve e sente para dar conta de explicá-lo para outro europeu que, na grande maioria das vezes, não conhecia pessoalmente a América. Isto tanto é mais fácil, já que assim o fazendo o jesuíta se refere ao arcabouço já conhecido, quanto mais imperativo, já que as cartas se destinam a alguém que quase sempre está na Europa, desconhecendo por experiência própria o Novo Mundo.

Assim, o caso da descrição do *boi marinho* ao superior da Companhia mostra bem essa complicada tarefa de oferecer visibilidade das *novas* espécies que então se abriam aos olhos de Anchieta para quem não estava na América. Há, num primeiro momento, a descrição do nome indígena que a espécie recebe, no caso, “iguararguá”. Neste aspecto, como já apontei anteriormente, é o estudo da língua um elemento de miscigenação de elementos europeus com elementos indígenas. Desta forma, cientes ou não de assim fazerem, os jesuítas trazem elementos da cultura nativa ao âmago da explicação dos eventos a outros europeus. Mesmo que esses aspectos sejam apenas ilustrativos, ao mostrar como a cultura autóctone percebe o mundo natural que a circunda, o jesuíta apresenta sua capacidade de adensar explicações, Anchieta incorporava e adaptava seu discurso, não apenas reproduzia esquemas prontos trazidos da Europa. O jesuíta fazia sempre que possível menção ao nome indígena de cada espécie que vai revelar ao leitor. Eis aí, assim, mais uma característica de mestiçagem do pensamento jesuítico.

Extrapolando o limite de ser apenas uma descrição de elementos da Capitania de São Vicente, a carta de Anchieta segue com a descrição

do hábitat frequente do ser descrito: “na Capitania do Espirito Santo e em outras localidades para o Norte, onde o frio ou não é tão rigoroso, ou é algum tanto diminuto e menos que entre nós”, no caso aqui das terras de São Vicente. A partir daí vem a tentativa de descrição do tamanho, do tipo de alimento que a espécie consome: “é êste peixe de tamanho imenso; alimenta-se de ervas como indicam as grammas mastigadas prêsas nas rochas banhadas por mangues”. Daí em diante, a relação com o *boi*, o terrestre, já conhecido pelo europeu, será uma constante na descrição: “Excede ao boi na corpulencia; é coberto de uma péle dura, assemelhando-se na cor a do elefante; tem junto aos peitos uns como dois braços, com que nada, e embaixo deles tetas com que aleita os proprios filhos; tem a bôca inteiramente semelhante à do boi”. Assim, “é excelente para comer-se, não saberias porém discernir se deve ser considerado como carne ou antes como peixe”.<sup>51</sup>

Continua essa referência ao já conhecido:

[...] da sua gordura, que está inerente á péle mormente em tórno da cauda, levada ao fogo faz-se um molho, que pode bem comparar-se á manteiga, e não sei se a excederá; o seu oleo serve para temperar todas as comidas: todo o seu corpo é cheio de ossos solidos e durissimos, tais que podem fazer as vezes de marfim.<sup>52</sup>

LaCapra, num de seus “contextos interativos” formulados para nortear a análise de textos, chama atenção para a relação que deve ser percebida entre a obra e outros construtos textuais contemporâneos ao escrito em análise<sup>53</sup>. Seguindo este preceito, remeto-me ao texto de Gândavo<sup>54</sup>, escrito também na segunda metade do século XVI. Desta forma, pode-se inclusive observar a relação do texto de um jesuíta com outro texto contemporâneo, escrito por alguém que não pertencia à Companhia de Jesus, embora também representasse os interesses do Estado português na colônia.

Ao escrever sobre o peixe-boi, Gândavo apresenta elementos semelhantes à narrativa de Anchieta. Começa, como Anchieta, a tratar o animal pelo exotismo:

<sup>51</sup> ANCHIETA, José de. *op.cit.* p.117.

<sup>52</sup> *Idem*, p.118.

<sup>53</sup> LACAPRA, Frederick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTÍ, Elías José. *Giro lingüístico e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998. p.237-294.

<sup>54</sup> Pero de Magalhães Gândavo (1540-158) foi um cronista português do século XVI que detalhou em seus escritos características das terras lusitanas do Novo Mundo.

E deixando á parte a muita variedade daquelles peixes que commumente nam differem na semelhança dos de cá, tratarei logo em especial de hum certo genero delles que ha nestas partes, a qué chamam peixes bois, os quaes sam tam grandes que os maiores pesam quarenta, cinquenta arrobas". Gândavo enquadra o peixe-boi num grupo de peixes que não se assemelha aos existentes na Europa. Apesar disso, faz referência ao boi conhecido pelo europeu: "têm o focinho como o de boi e dous cotos com que nadam á maneira de braços. As femeas têm duas tetas, com o leite das quaes se criam os filhos". E, continuando nesta necessidade de dar um referencial do novo através do já conhecido, mostra que "nam têm feição alguma de nenhum peixe, somente na pelle quer se parecer com toninha".<sup>55</sup>

Como Anchieta, Gândavo descreve a incidência geográfica do animal, mas o faz de maneira mais genérica: "estes peixes pela maior parte se acham em alguns rios, ou bahias desta costa, principalmente onde ha algum ribeiro, ou regato se mete na agua salgada sam mais certos". Traz à tona a alimentação dos bovinos aquáticos: "pascem as hervas que se criam em semelhantes partes, e tambem comem as folhas de humas arvores a que chamam Mangues, de que ha grande quantidade ao longo dos mesmos rios". Preocupa-se também Gândavo com a utilidade destes animais aos nativos, que os matam com arpões "e tambem em pesqueiras costumam tomar alguns porque vem com a enchente da maré aos taes logares, e com a vazante se tornam a ir para o mar donde vieram". De gosto saboroso, o peixe-boi parece para Gândavo ter o sabor de carne: uma vez assado, não há diferença do gosto de lombo de porco<sup>56</sup>. Há, em alguns casos das descrições aqui analisadas, semelhanças entre um texto e outro. O que acontece é que, como numa brincadeira infantil, o chamado "telefone sem fio", de ouvir dizer foi se passando a informação de um a outro.

Mas voltando à missiva de Anchieta, o conteúdo dessa carta também traz vários outros relatos de seres que compõem a plêiade da natureza brasileira, bem como a narrativa de fenômenos naturais com ocorrência frequente nas terras lusitanas na América e observados na época em que Anchieta aqui estava no XVI. Dos seres vivos, reporta à existência de uma cobra denominada sucuriuba, do jacaré, da capivara, de lontras, caranguejos, de diferentes tipos de serpentes, do piolho de cobra, das aranhas, das tatoranas (*sic*), das panteras, do tamanduá, da anta, da preguiça, do gambá, dos ouriços, dos macacos, do tatu, dos veados, dos gatos monteses, gamos e javalis, da lhama do Peru, do bicho da taquara, das formigas, das abelhas, das moscas e mosquitos, dos papagaios, beija-

<sup>55</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. Disponível em < <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/ganda2.html>>. Acesso em: 22 dez. 2005, p.19.

<sup>56</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães, *op. cit.* p.9.

flores e outros pássaros, do guará e outras aves marinhas, das aves de rapina, da anhima, das galinhas silvestres.

Anchieta descreve animais que podem ter sido vistos na província em que o jesuíta residia no momento da escrita da carta, e de outros que não são nativos das terras brasílicas, como a lhama, por exemplo. Pertencente a uma ordem religiosa que não atuava exclusivamente nas terras de um único reino, Anchieta não verá incômodo em referenciar-se a seres nativos de outras regiões fora do domínio lusitano. Por mais que possa ter sido importante o elo entre o Estado lusitano e a Companhia de Jesus e o mutualismo expresso por esta interrelação, os jesuítas pareciam não se perceber, no século XVI, como oriundos de um Estado mais do que se viam como Ordem religiosa.<sup>57</sup> O que podemos perceber é que não há uma fronteira colonial definida no contexto do século XVI. Se para nós é claro perceber os limites entre as possessões de uma América espanhola e uma América lusitana, não é o que pode transparecer dos escritos de Anchieta. Inserindo em sua descrição a menção a lhama, Anchieta pode assim estar evidenciando o caráter fluido e ainda indefinido dos territórios americanos em disputa.

O texto prossegue com uma descrição dos animais intercalada por outras sobre plantas – mandioca e “yeticopê”, erva viva, árvores medicinais, pinheiros, raízes medicinais – e elementos do reino mineral – uma fabulosa “pedra elastica”, conchas e pérolas. A tudo isso acompanha a narrativa de tempestades das enchentes dos rios, bem como de eventos que envolvem a cultura indígena propriamente dita: a descrição de espectros noturnos ou demônios, “raras deformidades entre os Brasis”, a existência de uma criança monstruosa e de até mesmo um “porco hermafrodita”.

Preocupa ao jesuíta se o seu leitor considerará muito exóticos os eventos que narra. Assim, enquanto padre de uma Ordem religiosa e em contato com o fenômeno descrito, daria respaldo seguro ao leitor da veracidade dos fatos. Veja este trecho: “o que vou agora referir é admirável, mas unicamente comprovado e verificado por notoria experiência”.<sup>58</sup> Evocando essa experiência, Anchieta afastaria, ou pelo menos diminuiria,

<sup>57</sup> Do século XVII talvez não possamos dizer o mesmo, principalmente quando analisamos, por exemplo, os diversos discursos do padre Antônio Vieira, grande defensor de um exacerbado patriotismo lusitano. Para além dos Sermões e cartas que este jesuíta produz, só a composição de sua obra tríplice já é prova cabal disso. Cf. VIEIRA, Antônio. *Clavis Prophetarum*. De Regno Christi in terris consummato libri III, manuscrito 359 da biblioteca gregoriana de roma; defesa perante o tribunal do Santo Ofício, dois volumes, baía, 1957. VIEIRA, A. *História do Futuro*. 2.ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s/d. e VIEIRA, A. *Apologia das coisas profetizadas*. Organização, Introdução e Fixação do texto por Adma Fadul Muhana. Lisboa: Cotovia, 1994.

<sup>58</sup> ANCHIETA, José de. *op.cit.* p.121.



a possibilidade de dúvida. Elementos modernos expressos pela evocação da descrição válida mediante a experiência se aliam a uma vivência permitida pela onipresença divina.

Por vezes, no texto do jesuíta, percebe-se não ter sido o padre testemunha ocular do evento que narra. Além do caso da lhama, há outro que o próprio inaciano apresenta em termos do “ouvir dizer”: é o caso da descrição da cobra *sucuryúba*. Não sendo “fácil acreditar-se na extraordinária corpulencia destas cobras”, Anchieta recorre tanto a relatos de índios quanto ao de portugueses: “a êste respeito contarei cousas estupendas e não sei se serão críveis; mas, tanto os Índios, como os Portugueses que passaram muitos anos de sua vida nesta parte do globo, *uno ore* as afirmam”.<sup>59</sup>

Mais adiante, ao se referir às *jararacas* e suas capacidades mortíferas, Anchieta pondera que

a sua mordedura mata no espaço de vinte e quatro horas, posto que se lhe possa aplicar remédio e evitar algumas vezes a morte. Isto acontece com certeza entre os Índios: se forem mordidos uma só vez escapam á morte, mordidos daí em diante, não só não correm risco de vida, como sentem até menos dor.

E completa o jesuíta: “o que tivemos mais de uma vez ocasião de observar”.<sup>60</sup>

Observar torna-se, então, um traquejo textual necessário de acordo com o referencial recebido pelo jesuíta em seu tempo. Mas, em outro trecho, presenciemos outra justificativa: “ouvi também contar, por pessoas dignas de crédito”.<sup>61</sup> O “ouvi dizer” tão comum no referencial medieval também não escapa ao texto do jesuíta. Além disso, contra as adversidades do meio, um *porto seguro* é Deus. Como no caso das serpentes, que parece nem haver remédio capaz de esquivar os padres de seus males:

Todavia, no meio de uma multidão tão grande e freqüente delas (as serpentes), o Senhor nos conserva incolumes, e confiamos mais nele do que em contra-veneno ou poder algum humano; só descansamos em Jesus, Senhor nosso, que é o unico que póde fazer com que nenhum mal soframos, andando assim por cima de serpentes.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> *Idem*, p.121.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p.123.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p.125.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.125.

As descrições etnológica e etimológica combinam com uma necessidade aviltante do europeu conhecer os *novos* domínios que, mesmo aparentemente inacreditáveis, carregam a mão da criação divina. E quando o extraordinário dos eventos torna-se evidente, a busca na experiência daria respaldo plausível: “conquanto possa ser comprovado por muitos fatos, que sucessivamente e de quando em quando se dão, bastará referir dois ou três para mostrá-lo [...] dêste fato poderiam ser apresentados muitos testemunhos”.<sup>63</sup>

Mas quando a credulidade ultrapassa até mesmo os limites do possível, Anchieta, como no caso da descrição dos macacos, recorre à omissão: “contam-se deles cousas maravilhosas, que omito por incríveis”.<sup>64</sup> O autor revela ao leitor europeu que muitos outros animais de diversos gêneros também são vistos na América, mas adverte: “entendi dever omitir, por não serem dignos de saber-se, nem de contar”.<sup>65</sup> Não há, por parte de Anchieta, uma intencionalidade de um tratado descritivo, mas de uma pincelada geral em aspectos da vida natural da colônia.

Apesar disso, uma iminente preocupação catalográfica já se vê presente na produção escrita de Anchieta, como se percebe em outro trecho da supracitada missiva. Falando das formigas, o jesuíta esclarece que sua variedade é tamanha que “seria muito difícil representar por palavras as diversas espécies” desse animal. Isso preocupa o jesuíta, que se convida, e também ao leitor, com a seguinte justificativa:

[...] não há nome genérico da formiga, do caranguejo, do rato e de muitos outros animais; das espécies, porém, que são quasi infinitas, nenhuma deixa de ter o seu nome proprio, de maneira que com razão te admirarias de tão grande cópia e variedade de palavras.<sup>66</sup>

Afirma o jesuíta, logo em seguida, que “no entanto, das formigas só parecem dignas de comemoração as que destroem as árvores”.<sup>67</sup> Oscila entre a tentativa panorâmica e catalográfica e uma escolha eventual e individual de descrever uns eventos e omitir outros. Enfatizando a importância da experiência, finaliza seu texto: “Narrei essas cousas brevemente, como pude, posto que não duvides que haja muitas outras dignas de menção, que são desconhecidas a nós, ainda aqui pouco praticos. Rogamos entretanto aos que achem prazer em ler e ouvir estas cousas, queiram tomar o trabalho de orar por nós e pela conversão dêste país”.<sup>68</sup>

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.127.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p.130.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p.131.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p.132.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p.132.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.139.

Previa e especulava Anchieta que, à medida que as experiências dos missionários se intensificassem na América, também estariam eles mais aptos à descrição da realidade com maior probidade. Da experiência, perseverança e fé, nasciam os primeiros relatos de missionários sobre a natureza brasileira nas letras jesuíticas.

### *Considerações finais*

Adaptando os referenciais cristológicos, principalmente inseridos numa filosofia natural, os jesuítas presentes entre os primeiros grupos que para cá vieram abriram espaço para uma discussão que esteve em voga em diferentes contextos e lugares da produção letrada acerca do Novo Mundo. Desta forma, a imagética jesuítica em “zona de contato” pode ter refletido de diferentes formas na concepção europeia acerca do mundo físico do Novo Mundo. Há que se pensar que esta produção letrada produzida em meio às “novas terras” pode ter ido muito além do campo da percepção do exótico. Até que ponto, imersos numa nova realidade, os inácianos que para as terras luso-americanas vieram podem ter contribuído de múltiplas formas com o pensamento europeu? Em que sentido, mesmo se tratando do campo da filosofia da natureza, estes escritos pioneiros possuem relação com a história da natureza inaugurada no século XVII? Estas são questões que ainda merecem melhores esclarecimentos e, de certa forma, tentei neste texto trazer à tona possibilidades de começarmos a frequentá-la.

Ambrosio Pires, Antonio Pires, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta são exemplos importantes de como a Companhia de Jesus, num aspecto mais particular, e o mundo letrado europeu, numa proposição ocidental mais ampla, entendiam os aspectos da natureza das “novas terras” em desbravamento. Vivendo em uma efervescente “zona de contato” os jesuítas puderam oferecer uma literatura dotada de relatos que foram muito mais do que uma visão superficial acerca de nossa flora e fauna. Seus discursos datados de meados dos quinhentos influenciariam não só a literatura ináciana como a própria visão ocidental acerca da exuberante vida nativa na América do Sul.

